



## **PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES INDÍGENAS NO EQUADOR: DA REVOLUÇÃO CIDADÃ À PANDEMIA DE COVID-19**

*LA PARTICIPACIÓN POLÍTICA DE MUJERES INDÍGENAS EN ECUADOR: DE  
LA REVOLUCIÓN CIUDADANA A LA PANDEMIA DE COVID-19*

*POLITICAL PARTICIPATION OF INDIGENOUS WOMEN IN ECUADOR: FROM  
THE CITIZEN'S REVOLUTION TO COVID-19 PANDEMIC*

Ana Luísa Melo Ferreira<sup>1</sup> 

University of Florida, Estados Unidos da América

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo traçar um percurso histórico de participação das mulheres indígenas no Equador entre os anos 2008 a 2020, período que compreende a criação da nova Constituição equatoriana (2008), o levantamento de outubro (2019) e a crise da pandemia de COVID-19 (2020 - presente). Para analisar qual o papel do ativismo de mulheres indígenas equatorianas nesses momentos importantes para o país, fizemos uma revisão detalhada da bibliografia já existente, bem como utilizamos informações disponíveis em meios de comunicação, especialmente em jornais nacionais. Assim, pudemos observar como elas se organizaram frente aos obstáculos de sexo, raça e classe acentuados em momentos extremos como os de crise.

**Palavras-chave:** Mulheres indígenas; Ativismo; Equador; Política; Resistência.

**Resumen:** Este trabajo tiene como objetivo trazar un camino histórico de participación de las mujeres indígenas en el Ecuador entre los años 2008 al 2020, período que comprende la creación de la nueva Constitución ecuatoriana (2008), la encuesta de octubre (2019) y la crisis de la pandemia del COVID -19 (2020 - presente). Para analizar el papel del activismo de las

---

<sup>1</sup> Jornalista formada pela Universidade Federal de Mato Grosso, no Brasil, é também Mestre em Informação e Comunicação pela Universidade Sorbonne-Nouvelle (Paris 3) e Mestre em Ciências Políticas pela Universidade Panthéon-Sorbonne (Paris 1), na França. Atualmente é Doutoranda em Ciências Políticas na Universidade da Flórida, nos Estados Unidos, e Pesquisadora no Núcleo de Pesquisa e Diálogos Interseccionais e Epistemologias Latino-americanas (NUPEDELAS) da Universidade de São Paulo, Brasil. E-mail: [ameloferreira@ufl.edu](mailto:ameloferreira@ufl.edu).

mujeres indígenas ecuatorianas en estos momentos tan importantes para el país, realizamos una revisión detallada de la bibliografía existente, así como de la información disponible en los medios de comunicación, especialmente en los diarios de circulación nacional. Así, pudimos observar cómo se organizaron frente a los obstáculos de sexo, raza y clase acentuados en momentos extremos de crisis.

**Palabras clave:** Mujeres indígenas; Activismo; Ecuador; Política; Resistencia.

**Abstract:** This study aims to trace a historical path of participation of indigenous women in Ecuador between 2008 to 2020, a period that includes the establishment of the new Ecuadorian Constitution (2008), the October uprising (2019), and the crisis of the Covid-19 (2020-present). To analyze the role of activism led by indigenous Ecuadorian women in these important moments, we carried out a detailed review of the existing bibliography and used information available in the media, especially in Ecuadorian newspapers. Thus, we were able to observe how they organized themselves against the obstacles of sex, race, and class accentuated in moments of extreme crisis.

**Keywords:** Indigenous women; Activism; Ecuador; Politics; Resistance.

---

DOI:[10.11606/jssn.1676-6288.prolam.2022.195412](https://doi.org/10.11606/jssn.1676-6288.prolam.2022.195412)

Recebido em: 03/03/2022  
Aprovado em: 26/12/2022  
Publicado em: 31/12/2022

## 1 Introdução

*“Si muero, muero, pero otros han de venir para seguir, para continuar”*

*(Dolores Cacuango)*

Apelidada carinhosamente de Mamá Doloreyuki, Dolores Cacuango<sup>2</sup> foi uma ativista indígena equatoriana, que marcou a história do seu país pelo seu árduo compromisso com a luta pelos direitos indígenas. Considerada heroína nacional, ela participou no estabelecimento da Federação Equatoriana do Índio (FEI) e deixou um importante legado para

---

<sup>2</sup> Nascida em 26 de outubro de 1881 em Cayambe, no Equador, Dolores Cacuango faleceu em 1971, aos 89 anos de idade.

as mulheres de resistência indígena contra processos históricos de dominação. Assim como tantas outras, Dolores faz parte de um vasto grupo de lideranças indígenas femininas que atuaram em acontecimentos que transformaram<sup>3</sup>, profundamente, o Equador. No século XXI, mulheres indígenas seguem dando continuidade ao legado de Cacuango e das que vieram antes, e são um dos elementos centrais na manutenção de democracias contemporâneas.

A marginalização das mulheres indígenas na América Latina é resultado de um longo processo de colonização. Desde a chegada dos colonizadores aos territórios ultramarinos, em 1492, mulheres indígenas foram estigmatizadas e invisibilizadas por uma narrativa que as colocou como sujeitas subalternas (MICHELETTO, 2021) aos costumes europeus. Como consequência, tornaram-se passíveis de diversos tipos de violência, sobretudo as de raça, gênero e classe. Em decorrência do colonialismo, o valor de cada vida ao longo da história latino-americana adquiriu um peso diferente, que variou de acordo com a hierarquia resultante dos processos de dominação e genocídios (BERLANGA GAYÓN, 2014). Isso posto, as mulheres indígenas são aquelas cujas vidas tinham – e, de certa forma, ainda têm – o menor valor.

Ao terem sido removidas de suas posições de poder ao longo da colonização, mulheres indígenas foram submetidas aos papéis de gênero importados, à força, da Europa. Isso porque, de acordo com Paredes e Guzmán (2014), ainda que relações patriarcais existissem antes do início da colonização latino-americana, os colonizadores acabaram por instaurar seu próprio patriarcado e machismo *falocêntrico*. Somado ao patriarcado originário, ambos se complementaram e afinaram as suas formas de oprimir as mulheres (p. 82).

---

<sup>3</sup> Para Mantel e Vera (2014), as funções desempenhadas pelas mulheres indígenas causaram e ainda causam um grande impacto na vida de suas comunidades – o que acaba sendo refletido, de certa forma, na esfera pública. Apesar da cosmovisão indígena reconhecer, notadamente, os papéis das mulheres no âmbito doméstico, é possível observar um processo que elas definem como “uma conquista de poder escalonada” por parte dessas mulheres no campo político. Segundo as autoras, exemplos como o de Sarayaku vs. Equador, que culminou na vitória do povo *kichwa* na Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 2012, contra o governo equatoriano e suas políticas extrativistas; e o de Doña Julia, uma protagonista no caso Tundayme contra a mineradora chinesa Ecuacorriente que se recusou a abandonar sua casa apesar da pressão da empresa, demonstram uma participação convicta das mulheres indígenas na defesa de seus territórios e de seus povos (2014, p. 4).

Na América Latina, mulheres indígenas estão mais suscetíveis à pobreza e à violência, além de serem as maiores impactadas em projetos de desenvolvimento de grande escala (como o extrativismo), visto que seus corpos, famílias, casas, ambientes e economias são diretamente afetados (VITERI, 2017). No caso do Equador, elas têm maiores taxas de analfabetismo (26,7%), de pobreza por renda (49,3%), violência de gênero (67,8%) e a maior carga de trabalho não-remunerado (55,8%), conforme dados do Instituto Nacional de Estatística e Censo<sup>4</sup> de 2022, publicados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Elas, portanto, não apenas fazem parte como são uma das categorias fundamentais dos excluídos, vítimas de instituições e de práticas neoliberais e neocoloniais que fortalecem a estrutura socioeconômica, cultural e política desiguais nas quais estão inseridas (NIEVES-LOJA, 2021).

Embora enfrentem o duplo estigma de serem mulheres e indígenas e, muitas vezes, pertencerem aos setores mais pobres da sociedade, estas combatem algumas das piores desigualdades da região (GATEHOUSE, 2019). As mulheres indígenas reivindicam seu direito à diferença cultural e, ao mesmo tempo, reivindicam o direito de mudar as tradições que as oprimem e as excluem (HERNÁNDEZ CASTILLO, 2001). Tais mulheres fazem, assim, parte de uma força reivindicativa ancestral, mas que assume uma nova forma por meio de diferentes ferramentas. É o que Cadena (2019) chama de “indigeneidade emergente”. Ou seja, a insurreição de forças e práticas indígenas capazes de romper profundamente as formações políticas dominantes e rearranjar antagonismos hegemônicos, especialmente quando a exclusão das práticas indígenas das instituições do Estado-nação é legitimada e, logo, naturalizada (CADENA, 2019).

No entanto, ativistas indígenas femininas têm que gastar duas vezes mais energia do que seus pares masculinos para serem eleitas para cargos de poder nas organizações e para manterem suas relações com instituições ou grupos políticos geralmente dominados por homens. O *Estudio*

---

4

Disponível em: <https://www.unicef.org/ecuador/dise%C3%B1o-de-un-proyecto-para-el-abordaje-de-problemas-que-viven-las-mujeres-y-las-ni%C3%B1as-ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 10 set. 2022.

*Violencia Política Contra las Mujeres en Ecuador*<sup>5</sup> (2019) mostra que mulheres equatorianas, em geral, ainda estão sub-representadas em cargos políticos, sendo a baixa participação na esfera política também uma forma de violência. Por outro lado, quando – e se – eleitas, elas se tornam vulneráveis a assédio físico e moral decorrentes da violência política de gênero. Enquanto mulheres indígenas no cenário político, elas se tornam expostas a piadas e rumores que questionam não somente a sua feminilidade, como também a forma com a qual se constroem como mulheres, cuidam dos filhos, além da sobre-exposição pública.

Em vista disso, a presença das mulheres indígenas na arena política tornou mais complexa a configuração das identidades étnicas e de gênero no contexto atual do movimento indígena. Nesse processo, elas reestruturam as estratégias de representação política e buscam dialogar com os diferentes segmentos para viabilizar suas reivindicações em um campo de interesses distintos dos não indígenas. Entre 1990 e 2008, o movimento indígena equatoriano também conseguiu ressignificar a nação equatoriana e isso foi possível porque não só conseguiu uma articulação estável dos setores indígenas, como também porque logrou se projetar nas demandas de outros setores contra as reformas neoliberais em curso. Isso lhes permitiu passar de uma luta setorial centrada nas reivindicações indígenas para uma luta nacional definindo um projeto de nação sintetizado no Estado Plurinacional equatoriano (CRUZ RODRÍGUEZ, 2012).

Desse modo, este artigo tem como objetivo analisar a participação política de mulheres indígenas em três importantes momentos no Equador: a chamada de Revolução Cidadã, com o estabelecimento da nova Constituição de 2008; o levantamento indígena de 2019, fortemente marcado pela presença feminina indígena; e a luta contra a crise da pandemia de Covid-19, em 2020, quando a presença de mulheres indígenas na linha de frente foi central no processo de reivindicação dos povos indígenas.

---

5

Disponível

em:

<https://lac.unwomen.org/sites/default/files/Field%20Office%20Americas/Documentos/Publicaciones/2019/12/VIOLENCIA%20POLITICA%20Baja.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

## 2 Mulheres Indígenas na Revolução Cidadã

Em tese intitulada *Uniendo y abriendo caminos: La actoría política de las mujeres indígenas en el movimiento indígena ecuatoriano*, Méndez Torres (2009) percorre a participação dessas mulheres na história da política equatoriana. De acordo com a autora, para que mulheres indígenas fossem consideradas cidadãs com demandas próprias, foi necessário um longo e constante processo de luta. Assim, partindo de uma condição de desigualdade, tornou-se essencial exigir direitos dentro e fora das organizações indígenas, como um primeiro passo para serem vistas como sujeitos políticos e, como consequência, terem voz própria.

Desde a década de 1970, o movimento indígena latino-americano tem direcionado suas ações coletivas com base em objetivos socioeconômicos e político-jurídicos em um cenário marcado pela crise do Estado de Direito e pela transformação da geopolítica neoliberal. Nesse contexto, a liderança de mulheres indígenas assume um papel estratégico na ocupação de cargos e na consolidação de uma agenda que leve em conta suas necessidades e particularidades (PÉREZ CÁRDENAS, 2018). Durante esse processo de reivindicação, o movimento de mulheres indígenas desenvolveu capacidades organizativas, discursivas e programáticas, que permitiram exigir, para os povos que representam, demandas de reconhecimento e redistribuição.

Em 1990, o levantamento indígena foi o precursor de profundas mudanças no Estado equatoriano (CUESTA ORMAZA, 2016). O Movimento Indígena Equatoriano (MIE), organizado em particular na Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), caracterizou-se, principalmente, pela luta contra o neoliberalismo. As ações de defesa das nacionalidades indígenas não eram de identidade, mas de defesa contra a ameaça das políticas de reestruturação econômica que ampliavam as fronteiras de exploração de minérios e hidrocarbonetos nas suas regiões.

Segundo Escárzaga Nicté (2004), políticas de ajuste neoliberal afetaram os setores mais vulneráveis da sociedade da América Latina; no entanto, povos indígenas sentiram menos os efeitos de tais políticas, em particular pela sua relativa independência do mercado internacional e alto grau de autonomia produtiva e cultural. Dessa forma, eles ocupam uma posição de certo modo propícia para enfrentar ataques do neoliberalismo. Ademais, “a população indígena conta com uma cultura ancestral própria que lhes proporciona mecanismos de coesão e auto-organização, projetos de vida e estratégias de resistência e de luta secularmente aplicados” (ESCÁRZAGA NICTÉ, 2004, p. 104, tradução nossa).

Tal articulação foi resultado de uma busca incessante por *dignidade* que permeia a história dos povos originários. Em outras palavras, essa organização política e o conseqüente levantamento indígena pelo direito à terra e ao reconhecimento de seus territórios, pelo fortalecimento de suas identidade e línguas, permitiram ao Equador reconhecer a diversidade cultural das nacionalidades indígenas (CUESTA ORMAZA, 2016, p. 36) na Constituição de 1998. No entanto, embora a atuação de mulheres indígenas tenha sido decisiva ao longo dessa insurreição, sua participação “na construção organizacional é notoriamente invisibilizada ou escassamente visibilizada” (PALACIOS, 2005, p. 312, tradução nossa).

Nos anos 2000, porém, o país vivia a efervescência do pós-neoliberalismo, cuja principal figura era a do presidente eleito pelo *Movimiento Alianza PAIS*, Rafael Correa (2007-2017) e seu projeto de criação de uma nova Constituição equatoriana. Ele – parte de um conjunto de governos denominados “progressistas” que se alastrou pela América Latina nos anos 2000 (LALANDER; OSPINA PERALTA, 2012) – conseguiu estabelecer acordos com as maiores organizações indígenas do país: a CONAIE e o Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik-Novo País (MUPP-NP). Por conseguinte, a etapa pós-neoliberal no Equador deu lugar a um tipo de cidadania particular, cimentada no retorno a uma classe de indigenismo que colocou os povos indígenas como receptores e beneficiados das políticas governamentais (PÉREZ CÁRDENAS, 2018, p. 66,

tradução nossa). As lideranças desses movimentos, contudo, eram majoritariamente masculinas.

A cidade de Montecristi, localizada a 400 km de Quito, no Equador, foi o cenário escolhido por Correa para abrigar a Assembleia Constituinte, em 2007. Durante oito meses, diversos setores da sociedade contribuíram para o estabelecimento de um documento democrático e inclusivo. Neste período, mulheres indígenas tiveram a oportunidade de advogar pelos seus direitos e de colocar na agenda pautas que levassem em consideração questões de gênero e etnia, conciliando, assim, novos e antigos debates.

Em sua obra *Vernacular Sovereignties*, Manuela Picq (2018) explora como a atuação de um pequeno grupo de 100 mulheres *kichwa* de Chimborazo foi central no avanço da conquista de direitos de mulheres indígenas na Constituição equatoriana de 2008. Para a autora, a política indígena inovadora e dinâmica dessas mulheres deu suporte às diferentes formas de governar que se encontram fora do Estado moderno. Isto pois, uma vez que os movimentos se institucionalizam, as mulheres são postas de lado, forçando-as a travar duas batalhas simultâneas: uma dentro de sua própria cultura e outra contra a cultura estatal dominante. Em outros termos, estas mulheres são duplamente oprimidas pelo sexismo e machismo intergrupais em ambas as estruturas, já que suas práticas de liderança acontecem dentro de uma cultura nacional dominante, que ainda é amplamente patriarcal, eurocêntrica, racista e exploradora.

No cenário latino-americano, a globalização e o modelo econômico neoliberal têm a força de exercer a superexploração laboral de mulheres, bem como de patrocinar políticas de gênero que capturam as vozes de denúncias de tais mulheres face às opressões, segundo Julieta Paredes (2010). É, para Paredes, uma relação entre sistema do capital e patriarcado que força as mulheres a seguirem obedientes aos papéis de gênero tradicionais que lhes foram impostos. Segundo a autora, portanto, é preciso primeiro *desneoliberalizar* o gênero para, em seguida, *descolonizá-lo*, inclusive, do machismo indígena e popular que legitima o poder de



homens sobre as mulheres e que existe desde sociedades pré-coloniais (PAREDES, 2010, p. 73).

Assim, forças indígenas autônomas questionam a soberania dos estados e de seus pares homens, contribuindo, deste modo, com suas experiências enquanto classe oprimida e esquecida. Mesmo se organizando à margem da política tradicional, elas conseguiram incluir suas solicitações nos espaços de tomada de decisão oficiais. Segundo Picq (2018), mulheres indígenas equatorianas foram capazes de acrescentar vários artigos na Constituição de 2008 para garantir maior participação das mulheres em todas as decisões relacionadas ao exercício dos direitos coletivos. Também transformaram o sistema jurídico internacional para obter autonomia dentro de seus próprios estados nacionais e, por outro lado, confrontaram os preconceitos que buscavam confiná-las ao conhecimento estritamente local. A autora reforça, contudo, que ainda que esta tenha sido a primeira vez no mundo que um sistema de justiça respeitou as normas de paridade de gênero, a conquista é, todavia, invisibilizada pelo racismo e pelo machismo dominante.

Bem como em outros países da América Latina, mulheres indígenas do Equador foram vítimas de massacres, despojos, torturas e feminicídio como parte de políticas que resultaram seja na assimilação, ou no extermínio (PÉREZ CÁRDENAS, 2018). Dessa forma, se fazia inimaginável o que hoje se denomina “giro decolonial”<sup>6</sup>, um movimento que propõe maior reconhecimento às causas indígenas. Isto posto,

Esta mudança discursiva e política não poderia ser entendida sem as amplas mobilizações e ações políticas de povos e comunidade, de tal modo que, no processo de luta, os povos indígenas foram se constituindo como atores políticos, com uma agenda própria, desde a qual questionam marcos normativos e políticas econômicas e públicas dirigidas a eles. (PÉREZ CÁRDENAS, 2018, p. 62, tradução nossa).

---

<sup>6</sup> O giro decolonial, na perspectiva de Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), é uma abertura ao saber e às suas diferentes formas; é uma busca de liberdade de pensamento fora de padrões europeus e/ou estadunidenses. É, portanto, liberar-se de teorias-outras, políticas-outras, economias-outras, e se desprender da retórica eurocentrada de modernidade. Neste caso, o pensamento de(s)colonial evidencia a dialética modernidade/colonialidade/decolonialidade. Isto é, não há uma sem outra. Desde a invasão colonial-imperial de 1492, que inaugura a mundialização do capitalismo e a modernidade, observamos a práxis de resistência e re-existência dos subalternos. Por isso, neste caso, trata-se da de(s)colonialidade como corpus teórico em espaços institucionais.

Lideranças indígenas femininas, ainda assim, enfrentam vários desafios na esfera pública e privada. São, primeiramente, discriminadas por serem nativas e de cultura mestiça. Ao mesmo tempo em que estão suscetíveis a problemas específicos da condição de ser indígena, como as pressões sofridas pelo Estado para venderem suas terras e abandonarem seus territórios em prol de políticas extrativistas, elas são vítimas de ameaças e agressões físicas. Neste cenário, elas também experimentam violações de direitos humanos relacionados ao ser mulher indígena, como esterilizações forçadas e acesso a serviços inadequados de saúde, incluindo o de saúde sexual.

A divisão de trabalho reprodutivo fez com que mulheres indígenas equatorianas fossem relegadas aos espaços privados, por ser considerado que elas, naturalmente, aí pertencem (GÓMEZ PERALTA, 2005). O papel que a mulher indígena no Equador desempenhava era –e ainda é, essencialmente – o de mãe e esposa: elas são responsáveis pelos cuidados do lar e da família, tendo, também, um espaço limitado no que diz respeito à comunidade. Suas ações precisam passar de antemão pelo crivo de seus maridos. De acordo com Herrera Acosta *et al.*, a mulher aborígine está numa hierarquia abaixo no que diz respeito aos costumes e às decisões dos homens. Em algumas cosmovisões indígenas, eles são os que mandam tanto no lar, quanto na comunidade (HERRERA ACOSTA *et al.*, 2021, p. 18).

No estudo *Violencia de género contra mujeres indígenas del área rural del Cantón Teña* (2021), Tayupanda Cuvi *et al.* compartilham depoimentos de mulheres indígenas sobre a violência doméstica sofrida na área rural do *Cantón Teña*, na Amazônia equatoriana. Para os autores, é importante salientar que duas das cinco províncias com maiores porcentagens de violência contra as mulheres ao longo da vida pertencem a essa região – Morona Santiago, com 78,9%, e Napo, com 77,7%. Alguns dos fatores em comum nos testemunhos dessas mulheres é que, além de terem total ciência das violências sofridas, elas eram vistas como propriedades pelos seus parceiros.

“Como eu te disse, os homens são muito ciumentos, especialmente porque são mais velhos e outros são estudantes do colégio, e acreditam que valem mais porque nós, mulheres, não estudamos para isso”. (Alfa, entrevista com o autor no dia 09 de setembro de 2021). [...] Beta responde: “Sim, porque os homens são muito ciumentos e batem nas suas mulheres e nos seus filhos. Eles bebem e depois de beber, batem neles” (Beta, entrevista com o autor dia 10 de setembro de 2021). [...] Delta responde: “Sim, aqui na Amazônia tem muito machismo. Os homens consideram que são nossos donos e por isso nos batem e nos machucam” (Delta, entrevista com o autor no dia 10 de setembro de 2021). (TAYUPANDA CUVI *et al.*, 2021, p. 67, tradução nossa).

Além da violência doméstica, elas também sofrem com a falta de oportunidades econômicas, visto que suas principais formas de subsistência são a agricultura e pecuária, que, segundo Jaramillo Jaramillo e Canchigña Galarraga (2021), gera baixos salários. Radcliffe (2014) aponta que a maior parte das mulheres indígenas na América Latina estão de alguma forma relacionadas a modelos de vida rural e agrícolas. Neste contexto, é essencial mencionar um fator que igualmente evidencia as desigualdades de gênero é a barreira encontrada por mulheres indígenas de ter acesso a crédito agrícola, indispensável na produção de alimentos e *mercancias* (2014, p. 19). No campo político, a presença de mulheres indígenas ainda é limitada: segundo o Comitê para a Eliminação de Todas As Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) equatoriano, a participação na vida pública e política de lideranças femininas originárias nos processos eleitorais e nos órgãos políticos locais é insuficiente<sup>7</sup>. Na Assembleia Nacional Equatoriana, de 137 membros, apenas 52 são mulheres, por exemplo<sup>8</sup>.

A Rede Provincial de Organizações de Mulheres Indígenas de Chimborazo (Rede de mulheres *kichwa* de Chimborazo), fundada há mais de duas décadas e que tem grandes nomes como Cristina Cucuri, conseguiu, na Assembleia Constituinte, propor estratégias institucionais

7

Disponível

em:

<https://www.igualdadgenero.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2021/01/PARTICIPACION-POLITICA-DE-LAS-MUJERES-EN-EL-ECUADOR.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

8

Disponível

em:

<https://www.eluniverso.com/noticias/politica/unas-52-mujeres-resultaron-electas-para-la-asamblea-nacional-segun-estimaciones-nota/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

para melhorar as vidas de mulheres *kichwa* de Chimborazo e ir na contramão da exclusão sistêmica de tais mulheres no âmbito político.

Antes, nós, por meio da Rede Provincial de Organizações de Mulheres Indígenas, demos várias oficinas, eventos, marchas, mobilizações. Tratamos do que significa a Assembleia Constituinte, seus estatutos, para ver se nós também votamos sim ou votamos não. Também realizamos as propostas das mulheres *kichwa* até a Assembleia Constituinte, e participamos na Pré-Constituinte de Mulheres, quando o Conselho Nacional das Mulheres (CONAMU)<sup>9</sup> fez um evento em Riobamba. (CUCURI, 2009, p. 134, tradução nossa).

Por meio de reuniões com outras mulheres da província, elas se articularam de modo a pontuar violência estrutural coletiva da qual eram vítimas e de apontar seus maiores anseios, conforme Cucuri (2009). Em seguida, fazendo uso da Rede Provincial, elas ministravam *workshops* em Riobamba, nos quais o tema de justiça para mulheres era a demanda mais recorrente. Tais mulheres não confiavam no sistema convencional de justiça, visto que ele continuava demasiado sexista. Ao apresentarem, sem sucesso, suas queixas aos representantes encarregados do planejamento de políticas públicas e, também, a outras organizações de mulheres, as mulheres *kichwa* perceberam que suas vozes contavam pouco para o governo local ou para movimentos sociais, e que elas precisariam depender de si mesmas (PICQ, 2018).

Mulheres *kichwa* tinham dois objetivos. Primeiro, elas buscavam incorporar direitos internacionais das mulheres nas formas de governo indígenas. Elas queriam o mesmo acesso a direitos que mulheres não indígenas. [...] Segundo, elas esperavam ganhar relevância política em suas comunidades e pediram ao movimento indígena para valorizar mulheres tal qual valorizavam água e território. Era um projeto ambicioso. (PICQ, 2018, p. 132, tradução nossa).

Assim, mulheres indígenas “expuseram problemáticas específicas que vivem como mulheres em seus povos, evidenciando as escassas oportunidades com que contam para ter acesso a espaços de tomadas de decisão” (PÉREZ CÁRDENAS, 2018, p. 63, tradução nossa). Como

---

<sup>9</sup> Conselho Nacional da Mulher equatoriano, responsável por desenvolver e promover ações de proteção e promoção dos direitos das mulheres.

consequência, mulheres não-brancas – que, conforme Lugones (2008), são vítimas da colonialidade de poder e de gênero<sup>10</sup> – buscaram se inserir nos processos de tomadas de decisão a nível local e nacional, levando em conta as particularidades relacionadas à intersecção entre raça, classe e gênero. Elas precisaram, sobretudo, se radicalizar politicamente: agora se tratava de transformar o atual modelo de desenvolvimento econômico em um que respeitasse o direito à vida (FEDERICI; VALIO, 2020).

Em 2008, a nova constituição equatoriana declarou o Estado unitário e multinacional do Equador. Em comparação à Constituição de 1998, resultante da insurreição indígena de 1990, “a nova Carta Magna de 2008 declara que o Equador é um Estado plurinacional e intercultural, ou seja, que reconhece e valida as reivindicações indígenas” (LALANDER; OSPINA PERALTA, 2012, p. 16, tradução nossa). A parte dogmática faz menção às nacionalidades indígenas, e integra diversos aspectos da visão de mundo indígena, como o “viver bem”. O texto formaliza as línguas ancestrais *kichwa* e *shuar*, bem como o espanhol e as demais línguas dos povos indígenas nas áreas onde vivem, ao mesmo tempo em que declara a promoção da educação intercultural e reconhece a nacionalidade como parte da o Estado equatoriano.

A Constituição passou a reconhecer os direitos coletivos dos municípios, comunidades e cidades, como manter a propriedade das terras e territórios ancestrais e obter sua livre adjudicação, participar do uso, administração e conservação dos recursos naturais em suas terras. Além disso, eles devem ser absolutamente consultados sobre a exploração de seus territórios (CRUZ RODRÍGUEZ, 2012). Mais importante, dos 494 artigos da Constituição equatoriana de 2008, 3 incluíam a participação de mulheres indígenas, uma conquista inimaginável até então. Ao longo do caminho, o pequeno grupo de mulheres indígenas rurais se converteu em

---

<sup>10</sup> Quando Lugones trata da colonialidade de gênero em seus escritos, ela inclui mulheres lidas como brancas na América Latina e não-brancas nos grandes centros de poder – EUA e Europa (isso tem base em sua experiência como mulher branca argentina que migra para os EUA e sofre racismo). Sabemos, por uma perspectiva interseccional que, embora não exista hierarquia de opressões, a forma como as mulheres brancas latino-americanas experienciam a colonialidade de gênero é diferente de mulheres pretas e indígenas.

protagonista de uma nova maneira de se fazer política. Desde então, uma maneira transformadora de democracia foi colocada em prática.

Boaventura de Sousa Santos, em sua obra *Refundación del Estado en América Latina Perspectivas desde una epistemología del Sur* (2010), discute como o *feminismo pós-colonial*, no qual mulheres indígenas desempenham um papel decisivo, se distancia da tradição crítica e eurocentrada para dar o Estado um sentido anticapitalista e descolonizador mais profundo. As contribuições de mulheres indígenas – e, inclusive, de afrodescendentes – têm, para o autor, o mérito de descontextualizar sua a discriminação enquanto minoria étnica. Não somente isso, o feminismo pós-colonial demonstra que não há uma forma única e universal de se alcançar a igualdade de gênero; para as mulheres indígenas, no contexto de *complementaridade* presente em suas cosmovisões, isso seria possível sem necessariamente abdicar de suas identidades e práticas. Trata-se, sobretudo, de um processo de ressignificar conceitos hierárquicos centrais no *ser indígena*.

A ressignificação resultaria, na perspectiva de Boaventura, na *reterritorialização* da luta feminista, por sua centralidade no combate por terras e territórios no engajamento pela identidade e contra a discriminação. Esta luta feminista, não obstante, não será um trabalho político fácil para as mulheres. Isso se dá em especial em sociedades nas quais as maneiras de encobrir a subordinação, pois todos são considerados irmãos, é mais sutil e difícil de eliminar; a solução, portanto, seria em encontrar uma “alternativa para transformar a cultura própria sem desapreciá-la ou substituí-la por outra, e assim contribuir para enriquecer o patrimônio político-cultural da luta feminista global até agora dominada por concepções eurocêntricas e liberais” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 107).

Gargallo (2014), por fim, advoga que o ativismo de mulheres indígenas fez com que elas saíssem de comunidades marginalizadas e vítimas de um real *apartheid*, para se tornarem uma representação alternativa ao universalismo do Estado-nação. Sua presença em protestos nas ruas, estradas ou povoados e sua interferência em locais da política

republicada acabam, de certa forma, por despertar a solidariedade em outros povos originários. Ao se manifestarem, elas são capazes de ratificar “sua presença histórica, arraigada e politicamente propositiva, na política que tinha sido sequestrada pela população branca e mestiça, que acreditava ser a totalidade da cidadania, se não ‘a cidadania legítima’ das repúblicas independentes” (2014, p. 32, tradução nossa).

### 3 Levantamento de 2019

Na foto (**Figura 1**) mais emblemática das manifestações de 2019, no Equador, uma mulher indígena da província de Cotopaxi, trajada de uma *bayeta* colorida e usando uma máscara branca, se encontra no centro de um cenário um tanto caótico. Ao fundo, uma nuvem de gás lacrimogêneo espanta pessoas que tentam ir na direção contrária. Tais pessoas também tentam se proteger, usando uma espécie de máscara facial improvisada com camisetas. O momento, capturado por David Días Arcos, era dia 9 de outubro, dia nacional contra as medidas de austeridade do então presidente, Lenín Moreno (2017-2021). Naquele mesmo dia o pacote neoliberal (também conhecido como *paquetazo* econômico) – que eliminava os subsídios para a gasolina e o diesel, e que impactaria diretamente a vida da população indígena ao aumentar o custo do transporte público e dos produtos de primeira necessidade – tinha sido aprovado<sup>11</sup>. As mobilizações sociais e políticas, motivadas por interesses econômicos em jogo, corroboraram seu caráter interseccional. As mulheres indígenas equatorianas, mais uma vez, participaram intensamente dos protestos.

---

<sup>11</sup>

Disponível

em:

<https://www.telesurty.net/news/gobierno-ecuador-medidas-economicas-lenin-moreno-20191002-0002.html>.

Acesso em: 10 set. 2022.

**Figura 1** – Mulher indígena em meio aos protestos no Equador



Fonte: David Días Arcos/Bloomberg, 2019.

A conjuntura na qual as manifestações aconteceram era de grande indignação por parte dos movimentos sociais e de outros setores. Afinal, a assinatura do Decreto Executivo N° 833, por parte do ex-presidente Lenín Moreno (Alianza PAIS), no qual se adotaram medidas econômicas, tributárias e trabalhistas, afetaria as camadas mais fragilizadas da sociedade. Em outubro, as mobilizações demonstraram o poder da sociedade civil organizada para demandar políticas públicas e direitos sociais mais inclusivos (RÍOS RIVERA; UMPIERREZ DE REGUERO; VALLEJO ROBALINO, 2020). Encabeçadas por indígenas, elas foram um dos mais importantes movimentos sociais do Equador contemporâneo, expondo uma crise institucional que obrigou o presidente Lenín Moreno a aceitar a demanda de revogar o decreto. O levantamento indígena e popular, portanto, conseguiu unir movimento indígena, sindicatos, federações de transportes, estudantes, professores e mulheres a saírem às ruas para protestar. Seu protagonismo mostrou uma “notável recomposição ao aparecer em números crescentes na marcha até Quito” (BONILLA; MANCERO, 2020 p. 275).

A reforma proposta por Moreno afirmava que mais empregos seriam gerados e que jovens e mulheres, os maiores afetados pelo desemprego,



seriam os principais beneficiados. O governo estava alinhado com o plano de austeridade do Fundo Monetário Nacional (FMI). O presidente, argumentando que herdou um Estado falido e endividado e apoiado pelo empresariado, distanciou-se do progressismo que o elegeu para assumir uma agenda neoliberal que, até aquele momento, havia sido contida (TORRES DÁVILA, 2020).

A primeira categoria a paralisar as atividades e a organizar a mobilização para barrar o decreto 833 foi a do transporte. Eles exigiam que o subsídio não fosse retirado, porque, caso contrário, o preço das passagens subiria. O pedido, conforme Rea (2020), atraiu o movimento indígena, que se juntou aos transportistas para marchar, pacificamente, até Quito. Não obstante, o que começou de forma pacífica se transformou em um dos acontecimentos mais violentos e complexos da história contemporânea do Equador (IZURIETA, 2020). Mulheres indígenas, que participaram massivamente das manifestações, também foram vítimas da intensa repressão policial.

Milhares de cidadãos se uniram ao movimento ao perceber a verticalidade das medidas implementadas. Para Luque, Poveda Moreno e Hernández Zubizarreta (2020), outras forças políticas e agentes sociais não foram consultados pelo governo. “Assim, a situação derivou em processos de intransigência por parte do Estado ao não ceder enquanto a retirada das medidas do decreto [...], omitindo seu substancial diálogo sobre a aplicação e alcance das mesmas” (p. 20). Como resposta, o governo permitiu ações de força e violência denominadas de medidas de precaução e a serviço da paz. Nos 11 dias de manifestações, dezenas de pessoas foram presas e 11 foram mortas, em locais onde a presença de povos indígenas era majoritária ou onde exista a presença de indígenas migrantes:

Dentro das múltiplas ações que o governo executou com o fim de deter as manifestações populares, estabeleceu-se o Decreto N° 884 declarando o estado de exceção durante 60 dias em todo o território equatoriano, argumentando circunstâncias de grave comoção e alteração da ordem pública, ademais de suspender os direitos de reunião e associação. A Corte Constitucional deu aval a esta decisão, ainda que tenha reduzido a medida a 30 dias. Mais tarde, no dia 8 de outubro, emitiu o Decreto N° 888, transferindo a

sede do governo à cidade costeira de Guayaquil, onde o movimento indígena tem uma menor presença. (LUQUE; POVEDA MORENO; HERNÁNDEZ ZUBIZARRETA, 2020, p. 19, tradução nossa).

Ao mesmo tempo, barricadas e fogueiras surgiram nos bairros populares ao norte e ao sul da cidade. Operações do aeroporto foram suspensas no distrito metropolitano, enquanto grandes manifestações se dissipavam nas maiores cidades do Equador. Rodovias foram bloqueadas, ao passo que o descontentamento social contra as medidas do governo, bem como ao excessivo uso de força contra a resistência indígena, generalizou-se (TORRES DÁVILA, 2020).

As indígenas, lideradas pela CONAIE, estiveram na linha de frente do conflito, destacando-se pela participação e mobilização. Mulheres indígenas representantes de 14 nacionalidades, provenientes das montanhas e das planícies amazônicas equatorianas, uniram-se à marcha. Estima-se que entre 6 e 9 de outubro, mais de vinte mil indígenas entraram em Quito, cidade que tinha se convertido no cenário da sangrenta revolta social (TORRES DÁVILA, 2020, p. 228). A atuação indígena, de acordo com Ugsha Ilaquiche, teve

[...] a capacidade de contextualizar e abarcar os discursos de amplos setores sociais de todo o Equador, constituindo um dos mais importantes nas últimas duas décadas similares a de 1990. (UGSHA ILAQUICHE, 2021, p. 56, tradução nossa).

Assim que chegaram, mulheres indígenas participaram de caminhadas pelas ruas de Quito exigindo o fim do pacote econômico. O que chama a atenção é que muitas delas carregavam seus filhos em suas costas, envoltos na vestimenta tradicional indígena. Em entrevista concedida à BBC<sup>12</sup>, elas explicam que, na cosmovisão indígena, ter a família na luta faz parte de uma resistência comunitária, na qual se insere, igualmente, a formação política das futuras gerações. É, também, parte da educação indígena, visto que a luta é pedagógica e ensina. Afinal,

---

<sup>12</sup> Os fragmentos da entrevista sintetizada nas próximas linhas foram publicados por Matías Zibell sob o título *Crisis en Ecuador: ¿qué hay detrás de la foto más emblemática de las protestas indígenas? (y por qué las mujeres son clave en este movimiento)* na BBC News Mundo Ecuador, em 14 oct. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50040317>. Acesso em: 20 jan. 2022.

participar dos protestos em família é uma consequência de seu sentido de comunidade, segundo Adriana Rodríguez, uma das entrevistadas. “Por que [mulheres indígenas] vêm com seus filhos? Porque é uma resistência comunitária, então vêm com a mãe, o avô, a avó, todos vêm” (tradução nossa). Marta Chango, do povo *salasanca*, reitera que as mulheres resistiriam até os últimos momentos. “Somos mães, mulheres e filhas, que viemos das diferentes províncias do país para reclamar que o Estado, abusando de seu poder, não venha a matar a nossa gente. Isso não vamos permitir” (tradução nossa).

O uso das roupas tradicionais, por outro lado, demarcava a identidade enquanto mulheres indígenas, responsáveis pela preservação da cultura. Além disso, como as manifestações ocorreram nas cidades, elas utilizaram seus melhores trajes, conforme explica Mariana Yumbay, membro ativo da CONAIE e ECUARUNARI:

“Eu mesma uso o meu chapéu, uso o meu anaco (a saia), uso minha bayeta (o chal), meu colar, minhas blusas bordadas. Não é que nos despojamos de nossa vestimenta para ir à marcha. E como é a cidade, obviamente as mulheres vêm com seus melhores trajes para participar nesta luta”. (tradução nossa).

Mulheres indígenas, em um dado momento, tentaram protestar contra a violência policial se organizando em novas marchas pacíficas. Como lembra Rea (2020), o contexto era de brutalidade:

No dia 12 de outubro, quando a repressão por parte do Estado já tinha se tornado um assunto de violência social, no qual havia pessoas gravemente feridas, que perderam a visão, hospitalizadas e mortas, coletivos de mulheres se autoconvocaram em uma marcha pacífica, a fim de protestar pelo “paquetazo” e a violência que estavam vivendo os manifestantes, inclusive meninas e meninos, mulheres e idosos. (REA, 2020, p. 5, tradução nossa).

Porém, a marcha das mulheres também foi intensamente reprimida e as protestantes foram vítimas de violência física e verbal. Para a autora, o Estado foi conivente com a violência contra essas mulheres, tanto com as que saem às ruas para garantir seu direito de protestar, quanto contra às mulheres que estão inseridas na vida política. À vista disso, a sociedade

acaba, lamentavelmente, dando aval a esta forma de violência, com o silêncio e a normalização (REA, 2020).

Em artigo da Reuters<sup>13</sup>, Luisa Lozano, dirigente das mulheres da CONAIE, afirma que a batalha enfrentada pelas mulheres indígenas no *levantamiento* era dupla: lutar para barrar as iniciativas de Moreno, ao mesmo tempo em que precisavam abrir espaços dentro do movimento indígena, ainda liderado por homens. Mesmo que o papel da maior parte das mulheres tenha sido de menor enfrentamento, visto que estavam encarregadas de alimentar os manifestantes, de cuidar dos feridos e de proteger os filhos – como já fazem em suas comunidades –, foram elas que permitiram que seus companheiros dessem continuidade às greves e aos embates. No entanto, algumas mulheres indígenas também se posicionaram no *front*, sendo, inclusive, vistas “*cargando piedras y cartones para la protesta*”, segundo Lineth Capucha, vice-presidenta do povo *kichwa* de Pastaza, em entrevista à Reuters.

Nos dias 13 e 14, a Defensoria do Povo, que monitora violações de Direitos Humanos, declarou cerca de 1.200 pessoas presas, 1.300 feridos e 100 desaparecidos, mas não se sabe ao certo quantas destas eram mulheres indígenas. Em reunião com líderes da CONAIE, o governo de Lenín Moreno aceitou revogar o Decreto 833, se comprometendo publicamente com uma política focada em dar os subsídios necessários aos combustíveis. Foi uma importante vitória para os povos indígenas, mas em particular para as mulheres indígenas do Equador, que perceberam que ainda é possível seguir sonhando.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.reuters.com/article/ecuador-protetas-mujeres-idLTAKBNIXIRH>. Acesso em: 19 jan. 2022.

#### **4 Vidas indígenas importam**

No Equador, as mulheres indígenas foram as principais vítimas da pandemia. Elas foram submetidas a mais violência doméstica (BARBÓN PÉREZ, 2021), estiveram mais propensas ao desemprego e passaram mais horas dedicadas à família. Elas também ficaram mais pobres e mais suscetíveis à gravidez na adolescência<sup>14</sup>. Nos territórios indígenas, foram as lideranças femininas que lutaram contra a chegada de empresas e garimpeiros, a fim de manter o controle nas entradas da comunidade. Como resultado, elas estiveram, constantemente, sob ameaça. Além das desigualdades que enfrentam no que diz respeito à dificuldade de acesso aos sistemas de saúde no meio rural, as mulheres indígenas também foram forçadas a migrar para outras regiões, inclusive urbanas, ali chegando sem nenhum suporte material e emocional. Além disso, as medidas adotadas pelo governo de Lenín Moreno, para gerenciar a crise, não responderam às realidades dessas comunidades.

Com a crise provocada pela pandemia da Covid-19, os povos indígenas foram confrontados com as políticas de austeridade do governo de Lenín Moreno, que incluíam cortes orçamentários no campo da saúde pública e uma gestão catastrófica da pandemia. O Equador foi o primeiro epicentro da Covid-19 na América Latina, e a cidade de Guayaquil foi o rosto desse drama. As imagens de cadáveres abandonados nas ruas da cidade, por falta de espaço em necrotérios e hospitais, correram o mundo. Famílias enlutadas tiveram que esperar até 72 horas para que as autoridades recolhessem os corpos dos falecidos que permaneceram nas casas<sup>15</sup>. Imagens que se tornaram virais mostraram caixões e corpos sem vida espalhados por Guayaquil, uma face exposta do neoliberalismo golpeando os setores mais vulneráveis (MOLINA PRENDES; MEJÍAS HERRERA, 2020).

<sup>14</sup>

Disponível

em:

<https://www.fimi-iiwf.org/wp-content/uploads/2020/09/INFORME-COVID-Y-MUJERES-INDIGENAS-2-sept.pdf>. Acesso em: 15 sep. 2022.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52129845>. Acesso em: 13 jan. 2022.

O acúmulo de corpos também prejudicou as medidas de distanciamento social. As famílias, sem cumprir as restrições do Comitê de Operações de Emergência (COE), permaneciam com os falecidos aguardando os funcionários do Ministério da Saúde e da polícia realizarem a declaração de óbito, sepultamento ou cremação. Em 31 de março de 2020, o jornal *Diario El Universo*<sup>16</sup> informou que 450 corpos na lista de espera tiveram que ser removidos de suas casas. Os dados oficiais de 1º de abril de 2020 permitiram registrar na província de Guayas, onde fica a cidade de Guayaquil, mais vítimas da Covid-19 do que em todos os países da América Latina. Naquela época, havia 60 mortos e 1.937 infectados (1.301 somente na capital Guayaquil). No mesmo período, a Colômbia, por exemplo, registrou 16 mortes, contra 27 da Argentina. Um dos principais problemas que persistiam entre os povos indígenas foi a falta de informação, principalmente sobre sua situação e necessidades específicas. Além disso, no que diz respeito ao registro de casos e óbitos por coronavírus, não há dados precisos. Os nativos, no entanto, representam 7% da população equatoriana, com mais de um milhão de indivíduos.

O estudo de Vallejo *et al.* (2020) estima que 41,6% dos lares equatorianos pagam por serviços públicos de saúde, com base em indicadores básicos da situação da saúde na América Latina, sendo esse valor o mais alto do mundo. Segundo os autores, trata-se de um desmonte da saúde pública que afeta também a situação dos centros médicos próximos às comunidades indígenas (p. 105). No Equador, dada a estratificação do sistema público de saúde e, portanto, sua limitada cobertura governamental em relação aos povos indígenas, a capacidade de atenção durante a pandemia foi reduzida. Diante da inação do Ministério da Saúde Pública equatoriano, organizações indígenas ativaram alianças com outros grupos, como Organizações Não-Governamentais (ONGs) e universidades, no intuito de implementar estratégias de comunicação e de informação sobre a pandemia, além de desenvolver protocolos, cartões de

---

<sup>16</sup>

Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/2020/03/31/nota/7801176/hay-450-cuerpos-recoger-guayaquil-lenin-ofrece-en-tierra-digno/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

prevenção em várias línguas indígenas, gerenciar a assistência das brigadas e implementação de testes rápidos e PCR (VALLEJO *et al.*, 2020, p. 105).

Antes da chegada da Covid-19 ao Equador (o primeiro caso relatado foi confirmado em 29 de fevereiro de 2020), os povos indígenas já sofriam as consequências da extrema vulnerabilidade (TUAZA CASTRO, 2020); não obstante, com a pandemia, a situação se agravou. Em relatório publicado pela *Deutsche Welle* (DW) em 4 de agosto de 2021, houve mais de 2.000 mortes de indígenas na Amazônia em decorrência da pandemia<sup>17</sup>. Na parte equatoriana da floresta, a Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana (CONFENIAE) relatou que entre as 14 etnias indígenas, houve 50 mortes confirmadas e 54 mortes com sintomas do coronavírus. Em entrevista ao DW, Carlos Mazabanda, coordenador da *Amazon Watch*, no Equador, acredita que esse número é muito grande, pois diz respeito a populações pequenas. Além disso, em todo o subcontinente, vários povos indígenas entraram há pouco em contato com o mundo exterior e seguem vulneráveis a esses tipos de doenças, já que seus corpos não têm uma resposta imune adequada. No país, esse evento foi apelidado de “terceira pandemia”<sup>18</sup>, que seria o resultado da crise sanitária, as consequências do extrativismo e a marginalização dos povos indígenas por vários governos.

Em 7 de abril de 2020, um derramamento de óleo do Sistema Trans Equatoriano de Oleodutos (SOTE) e do Oleoduto Pesado Privado (OCP) poluiu os rios Coca e Napo, afetando amplamente o meio ambiente, a água, os alimentos e os meios de subsistência de quase 120.000 pessoas, incluindo 27.000 indígenas, principalmente das nacionalidades *kichwa* e *shuar*. Estima-se que 15.800 galões (cerca de 60.000 litros) de óleo foram derramados nos rios. As comunidades *kichwa* que vivem a jusante não

<sup>17</sup>

Disponível

em:

<https://www.dw.com/es/covid-19-letal-entre-ind%C3%ADgenas-falta-de-informaci%C3%B3n-y-de-estrategias-estaduales/a-58761386>. Acesso em: 15 jan. 2022.

<sup>18</sup>

Disponível

em:

<https://www.opendemocracy.net/pt/derramamento-petroleo-triple-pandemia-amazonia-equador/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

perceberam os danos até a manhã de 8 de abril. Os povos indígenas exigiram indenização pelos danos causados e, considerando que seus direitos foram violados, a Federação de Municípios da União dos Povos Indígenas da Amazônia Equatoriana (FCUNAE) e a CONFENIAE apresentaram, em 29 de abril, uma ação de proteção por aproximadamente 120.000 pessoas afetadas pelo derramamento de óleo.

Por outro lado, extrativismo ilegal foi uma das grandes causas do contágio de povos amazônicos durante a pandemia. Mulheres *kichwa* e *waorani* acreditam que comerciantes de balsa que ingressaram por via fluvial e terrestre, com o objetivo de extrair madeira, trouxeram o vírus para suas comunidades. Para elas, os altos índices de contágio estão relacionados às dinâmicas extrativistas petrolíferas, florestais e minerais, “intensificados durante a pandemia. Em comunidades do território *wao* nas províncias de Napo e Orellana, funcionários de empresas petrolíferas de vários poços que operam no Yasuní mantiveram a rotação de equipes de trabalhadores” (VALLEJO *et al.*, 2020, p. 100, tradução nossa).

No caso equatoriano, as mulheres indígenas, assim como na Revolução Cidadã de 2008 e no *levantamiento* de 2019, também estiveram na linha de frente para combater a letargia do governo de Lenín Moreno. No cuidado direto, elas se muniram de sua sabedoria ancestral e de seu conhecimento sobre plantas medicinais e outras estratégias médicas para reduzir os sintomas da Covid-19. Além disso,

Quando aumentaram os contágios, as que não ficaram doentes ou não tinham sintomas davam assistência a outras, ajudando-as nos cuidados. Iam aos *chakras* para recolher os cultivos para ajudar-lhes a preparar comida; por isso se sobrecarregaram de trabalho. Diferente das dinâmicas urbanas onde cada quem enfrenta a pandemia, na Amazônia o tecido social se ativou e sustentou com as mulheres. (VALLEJO *et al.*, 2020, p. 102, tradução nossa).

Durante a pandemia, elas se uniram para exigir melhores serviços de saúde e denunciar o fato de que as comunidades indígenas foram fortemente impactadas pela pandemia. A falta de acesso à informação, a insuficiência dos cuidados médicos, a marginalização destas comunidades



e a violação dos seus direitos apenas as tornaram mais expostas às consequências sanitárias, sociais e econômicas da pandemia, aumentando assim a sua vulnerabilidade. Mulheres indígenas tiveram que lidar com a necropolítica de um Estado que as deixam morrer e as consideram descartáveis<sup>19</sup> (MBEMBE, 2018). Portanto, proteger-se da pandemia foi um privilégio de classe, gênero e raça (MORAES, 2020).

As mulheres indígenas, longe de serem fatalistas durante a crise da Covid-19, interpretaram a pandemia como um convite para pensar na família e na comunidade e, acima de tudo, agir. Assim, mobilizaram-se para combater, ou pelo menos tentar reduzir, os danos que as políticas assassinas trariam ao seu futuro e ao de seus povos. De fato, a participação e a presença das mulheres indígenas e suas associações nesse processo de protesto e resistência aos ataques agressivos de políticas essencialmente anti-indígenas não foi inédita. Dessa forma, a organização das mulheres indígenas tanto internamente (com o atendimento aos idosos em tempos de Covid-19 e proibindo a entrada de forasteiros em seus territórios, por exemplo), quanto externa<sup>20</sup>, revelaram seu profundo envolvimento político na comunidade.

Desde o início da pandemia de Covid-19, as mulheres mais vulneráveis da região foram duramente atingidas por uma onda de violência e negligência por parte daqueles que deveriam protegê-las. Ante os fracassos do governo e do Ministério da Saúde em administrar a pandemia, foram os seus distintos tipos de organização capazes de evitar a disseminação do vírus (TUAZA CASTRO, 2020, p. 13, nossa tradução). Neste momento de crise, elas encontraram força entre si mesmas e a entre suas comunidades – até porque, onde a presença de povos indígenas prevalecia, o tecido social comunitário foi o que sustentou a ação dessas mulheres. Na contramão da necropolítica, elas resistiram, se uniram e continuam a lutar

---

<sup>19</sup> Aqui, a morte é resultante de Estados e suas instituições racistas e sexistas. Logo, mulheres e meninas indígenas, por comporem um grupo fragilizado pela raça, classe e gênero, estão mais suscetíveis a se tornarem vítimas de necropolíticas.

<sup>20</sup> Segundo o informe regional *Mujeres Indígenas de las Américas Frente a la Pandemia del Covid-19* (2020), os povos originários recorreram às rádios comunitárias e ao uso de autofalantes para informar a população indígena, usando suas próprias línguas, sobre como prevenir o contágio (p. 6). Disponível em: <https://www.iitc.org/wp-content/uploads/Informe-COVID19-ECMIA.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

para que seu povo possa ser, enfim, tratado com dignidade. Armadas com suas vozes e seus corpos, elas avançam.

## 5 Conclusão

Mulheres indígenas latino-americanas foram, historicamente, lideranças que se colocaram à frente das lutas de seus povos. Ainda que seu protagonismo seja, muitas vezes, apagado por forças que excluem indígenas e mulheres dos processos políticos, suas ações foram capazes de oferecer caminhos alternativos que vão além da política estatal. Suas realizações, ao mesmo tempo em que desnaturalizam o Estado como único *locus* do político, conseguem, também, trazer suas questões para o interior do sistema. Foi, por exemplo, o que aconteceu no Equador com a participação de mulheres indígenas na Constituinte que culminou na nova Constituição de 2008, assim como em diversos momentos cruciais que transformaram o país.

O ressurgimento da participação de mulheres indígenas na esfera pública é um projeto político radical, pois se baseia em práticas plurais, compartilhadas e comunitárias, que levam em consideração a experiência de ser mulher e indígena em sociedades sexistas, racistas, coloniais e modernas. No Equador, um país onde a presença da população indígena é significativa e, ao mesmo tempo, sua representatividade nos espaços políticos ainda é pequena, ter mulheres que ousem se impor a um modelo que as exclui e oprime é libertador. Seja na participação em assembleias, na ocupação das ruas ou no empoderamento de suas epistemologias, essas mulheres dão continuidade à uma longa trajetória de luta. Trazendo consigo ensinamentos de suas ancestrais, elas revolucionam, diariamente, o fazer política.

## 6 Referências

BARBÓN PÉREZ, Olga Gloria. Dibujando con el pincel del género el telón de fondo de la violencia intrafamiliar en una comunidad indígena ecuatoriana durante la pandemia del COVID 19. **Discurso & Sociedad**, n. 1, p. 12-25, 2021. Disponível em: <http://www.dissoc.org/ediciones/v15n01/DS15%281%29Barbon.html>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BERLANGA GAYÓN, Mariana. El color del feminicidio: de los asesinatos de mujeres a la violencia generalizada. **El Cotidiano**, n. 184, p. 47-61, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/325/32530724003.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2022.

BONILLA, Adrián; MANCERO, Mónica. “Venimos a luchar por el pueblo, no por el poder”: el levantamiento indígena y popular en Ecuador 2019. **Sociología y Política HOY**, [S. l.], n. 3, p. 38–47, 2020. Disponível em: <https://revistadigital.uce.edu.ec/index.php/hoy/article/view/2532>. Acesso em: 23 set. 2022.

CADENA, Marisol De la. Cosmopolítica indígena nos Andes: reflexões conceituais para além da “política”. **Maloca: Revista de Estudos Indígenas**, v. 2, p. e019011-e019011, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20396/maloca.v2i.13404>.

CRUZ RODRÍGUEZ, Edwin. Redefiniendo la nación: luchas indígenas y Estado Plurinacional en Ecuador (1990-2008). **Nómadas. Critical Journal of Social and Juridical Sciences**, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/181/18126163021.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2022.

CUCURI, Cristina. El acceso de las mujeres indígenas a la justicia en la Nueva Constitución del Ecuador. In: LANG, Miriam; KUCIA, Anna (comp.). **Mujeres indígenas y justicia ancestral**. Quito: UNIFEM, 2009. p. 132-135. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/55654.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

CUESTA ORMAZA, Germán Humberto *et al.* **Participación y presencia de la mujer indígena durante el levantamiento de 1990, en el periódico El Comercio y en la difusión oficial de la Conaie**. 2016. Tese (Mestrado em Comunicação) – Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Equador, Quito, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10644/5407>. Acesso em: 03 fev. 2022.

ESCÁRZAGA NICTÉ, Fabiola. La emergencia indígena contra el neoliberalismo. **Política y cultura**, n. 22, p. 101-121, 2004. Disponível em: [https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0188-77422004000200006&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0188-77422004000200006&script=sci_arttext). Acesso em 26 set. 2022.

FEDERICI, Silvia; VALIO, Luciana Benetti Marques. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 2, p. 1-12, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n270010>.

GARGALLO, Francesca. **Feminismos desde Abya Yala: Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América**. Cidade do México: Editorial Corte y Confección, 2014. Disponível em: <https://francescagargallo.files.wordpress.com/2014/01/francesca-gargallo-feminismos-desde-abya-yala-ene20141.pdf>. Acesso em: 24 set. 2022.

GATEHOUSE, Tom (ed.). **Voices of Latin America: Social Movements and the New Activism**. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2019.

GÓMEZ PERALTA, Héctor. Los usos y costumbres en las comunidades indígenas de los Altos de Chiapas como una estructura conservadora. **Estudios políticos (México)**, n. 5, p. 121-144, 2005. DOI: <https://doi.org/10.22201/fcpys.24484903e.2005.5.37657>.

HERNÁNDEZ CASTILLO, R. Aída. Entre el etnocentrismo feminista y el esencialismo étnico. Las mujeres indígenas y sus demandas de género. **Debate feminista**, v. 24, p. 206-229, out. 2001. DOI: <https://doi.org/10.22201/cieq.2594066xe.2001.24.666>.

HERRERA ACOSTA, Carlos Ernesto, et al. La participación de la mujer indígena en la democracia del Ecuador. **IGOBERNANZA**, v. 4, n. 14, p. 15-44, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.47865/igob.vol4.2021.114>.

IZURIETA, Belén. ¿Qué pasó en Ecuador en octubre de 2019?. **El Outsider**, v. 5, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18272/eo.v5i.1567>.

JARAMILLO JARAMILLO, Cecilia Magdalena; GALARRAGA CANCHIGÑA, Jenny Maribel. **El rol de las mujeres indígenas ecuatorianas en la formulación de las políticas gubernamentales de las tres últimas décadas**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências da Educação) – Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias de la Educación, Universidad Central del Ecuador, Quito, 2021. Disponível em: <http://www.dspace.uce.edu.ec/handle/25000/23004>. Acesso em: 02 nov 2022.

LALANDER, Rickard; OSPINA PERALTA, Pablo. Movimiento indígena y revolución ciudadana en Ecuador. **Cuestiones políticas**, v. 28, n. 48, p. 13-50, 2012. Disponível em: <https://www.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A556914&dswid=-140>. Acesso em 04 fev. 2022.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dec. 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LUQUE, Arturo; POVEDA MORENO, Carlos; HERNÁNDEZ ZUBIZARRETA, Juan . Análisis del levantamiento indígena de 2019 en Ecuador: entre la respuesta legal y el Lawfare. **NULLIUS: Revista de pensamiento crítico en el ámbito del Derecho**, v. 1, n. 1, p. 18-45, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33936/revistaderechos.v1i1.2334>.

MANTEL, Alicia; VERA, Mónica. Mujeres Indígenas, participación política y consulta previa, libre e informada en el Ecuador. **Boletín Mujeres y Participación Política**, 2014. Disponível em: [https://inredh.org/archivos/pdf/boletn\\_mujeres\\_y\\_participacion.pdf](https://inredh.org/archivos/pdf/boletn_mujeres_y_participacion.pdf). Acesso em 25 set. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1edições, 2018.

MÉNDEZ TORRES, Georgina. **Uniendo y abriendo caminos: La actoría política de las mujeres indígenas en el movimiento indígena ecuatoriano**. 2009. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa Género y Desarrollo, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Sede Ecuador, Quito, 2009. Disponível em: <https://repositoriointerculturalidad.ec/jspui/handle/123456789/3407>. Acesso em 03 fev. 2022.

MICHELETTO, Julia Pizarro. **Vozes que não querem calar: violência colonial e estratégias de enfrentamento da mulher indígena**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, SP, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/214615>. Acesso em: 18 set. 2022.

MOLINA PRENDES, Norma; MEJÍAS HERRERA, María Luz. Impacto social de la COVID-19 en Brasil y Ecuador: donde la realidad supera las estadísticas. **Edumecentro**, v. 12, n. 3, p. 277-283, 2020. Disponível em: [http://scielo.sld.cu/scielo.php?pid=S2077-28742020000300277&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://scielo.sld.cu/scielo.php?pid=S2077-28742020000300277&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 05 fev. 2022.

MORAES, Filipe Proença de Carvalho. Um vírus que desvela as entranhas do capital. **Revista Estudos Libertários**, v. 2, n. 4, p. 66-89. jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/viewFile/34523/19231>. Acesso em: 10 fev. 2022.

NIEVES-LOJA, Gerardo Miguel. Introducción a la temática de la exclusión de la mujer en el espacio público. Una relación entre algunos pensadores europeos y el mundo indígena de Ecuador. **Eidos**, n. 36, p. 111-140, jul./dez. 2021. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1692-8857202100200111](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-8857202100200111). Acesso em: 02 nov 2022.

PALACIOS, Paulina. Construyendo la diferencia en la diferencia: mujeres indígenas y democracia plurinacional. **Pueblos indígenas, estado y**

**democracia**, p. 311-339, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101026012655/14Palacios.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2022.

PAREDES, Julieta; GUZMÁN, Adriana. **El tejido de la rebeldía**. ¿Que es el feminismo comunitario?. La Paz: Moreno Artes Gráficas, 2014. Disponível em: [http://frentefeministanacional.org.mx/wp-content/uploads/2017/08/el\\_tejido\\_de\\_la\\_rebeldia.pdf](http://frentefeministanacional.org.mx/wp-content/uploads/2017/08/el_tejido_de_la_rebeldia.pdf). Acesso em: 18 set. 2022.

PAREDES, Julieta. **Hilando fino desde el feminismo indígena comunitario**. In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys (coord.), **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano**. Buenos Aires: En la Frontera, 2010. p. 117-120, 2010. Disponível em: <https://sjlatinoamerica.files.wordpress.com/2013/06/paredes-julieta-hilando-fino-desde-el-feminismo-comunitario.pdf>. Acesso em: 02 nov 2022.

PÉREZ CÁRDENAS, Lizeth. Participación política de mujeres indígenas en tiempos de la Revolución Ciudadana. **Alteridades**, v. 28, n. 55, p. 61-72, 2018. DOI: <https://doi.org/10.24275/uam/izt/dcsh/alteridades/2018v28n55/perez>.

PICQ, Manuela Lavinás. **Vernacular sovereignties**: indigenous women challenging world politics. Tucson: University of Arizona Press, 2018.

RADCLIFFE, Sarah A. Gendered frontiers of land control: indigenous territory, women, and contests over land in Ecuador. **Gender, Place & Culture**, v. 21, n. 7, p. 854-871, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/0966369X.2013.802675>.

REA, Natalia V. Historias de vida de mujeres que participaron en las manifestaciones de octubre 2019 en Quito-Ecuador. **Universidad Internacional SEK**, p. 1-14, 2020. Disponível em: <http://repositorio.uisek.edu.ec/handle/123456789/3809>. Acesso em: 06 fev. 2022.

RÍOS RIVERA, Ingrid; UMPIERREZ DE REGUERO, Sebastián; VALLEJO ROBALINO, Diana. ¿Acción política populista en movimiento? Las demandas sociales de la Conaie y las feministas en Ecuador (2007–2019). **Análisis Político**, v. 33, n. 98, p. 85-106, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15446/anpol.v33n98.89411>.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Refundación del Estado en América Latina. Perspectivas desde una epistemología del Sur**. México, DF: Universidad de los Andes: Siglo del hombre editores: Siglo XXI editores, 2010. Disponível em: [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Refundacion%20del%20Estado\\_Lima2010.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Refundacion%20del%20Estado_Lima2010.pdf). Acesso em: 27 set. 2022.

TAYUPANDA CUVI, Noemi Judith *et al.* Violencia de género contra mujeres

indígenas del área rural del cantón tena, año 2021. **Más Vita**, p. 61-72, 2021. DOI: <https://doi.org/10.47606/ACVEN/MV0075>.

TORRES DÁVILA, Victor Hugo. Ecuador: regresión, ajuste y levantamiento indígena. In: PARODI, Camila; STICOTTI, Nicolás (org.). **Ecuador: la insurrección de octubre**. Buenos Aires: CLACSO, 2020. p. 225-233. DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctv1gm016x.37>.

TUAZA CASTRO, Luis Alberto. El COVID-19 en las comunidades indígenas de Chimborazo, Ecuador. **Latin American and Caribbean Ethnic Studies**, v. 15, n. 4, p. 413-424, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/17442222.2020.1829793>.

UGSHA ILAQUICHE, Guillermo. **Participación del Movimiento indígena de Cotopaxi en las protestas y movilizaciones sociales del Ecuador, octubre 2019**. Lecciones y desafíos. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Desenvolvimento Local Sustentável) – Universidad Politécnica Salesiana, Quito, 2021. Disponível em: <http://dspace.ups.edu.ec/handle/123456789/20742>. Acesso em: 10 fev. 2022.

VALLEJO, Ivette *et al.* Mujeres indígenas en tiempos de pandemia en la Amazonia ecuatoriana. **ABYA-YALA: Revista sobre acesso à justiça e direitos nas Américas**, Brasília, DF, v. 4, n. 3, p. 94-120, ago./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/abya/article/view/33825/28713>. Acesso em: 09 fev. 2022.

VITERI, Chelsea N. Territoriality, Narratives and Violence: Stories of Eight Women Living in the Presence of a Large-Scale Mine in Ecuador. **International Development, Community and Environment**, [S. l.], p. 1-57, 2017. Disponível em: [https://commons.clarku.edu/idce\\_masters\\_papers/153/](https://commons.clarku.edu/idce_masters_papers/153/). Acesso em: 24 set. 2022.